

Brasil, 29 de março de 2016

Desde o **assassinato da líder indígena Berta Cáceres** em Honduras no dia 03 de março deste ano, os movimentos do campo, movimentos por justiça ambiental, redes e organizações sociais brasileiras que assinam essa carta vêm acompanhando com preocupação os acontecimentos naquele país. Tememos em especial pela contínua falta de proteção das/os defensoras/es de direitos humanos – como evidenciado pelo **assassinato de Nelson Noé García**, outra liderança do **Consejo de Organizaciones Populares e Indígenas (COPINH)**, no dia 15 de março – e pela escalada de repressão e tentativas de criminalização da família de Berta, de outras lideranças do **COPINH**, do povo Lenca e do **integrante do Movimiento Mexicano de Afectados por las Presas y en Defensa de los Rios (MAPDER)** e **coordenador de Otros Mundos A.C./Amigos da Terra México, Gustavo Castro Soto**.

Nos causa consternação que atualmente em Honduras inúmeros mega-projetos de infraestrutura – tal como o Projeto “Agua Zarca” contra o qual lutavam Berta Cáceres e o COPINH – estão sendo projetados e implementados de forma violenta nos territórios de comunidades indígenas e camponesas. Sabemos por inúmeros relatórios que, em geral, esses projetos são implementados sem o respeito ao Direito à Consulta Livre, Prévia e Informada das comunidades, assegurado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em particular no âmbito dos recursos hídricos, nos preocupa a Lei Geral de Águas e Mineração, aprovada desde o Golpe de Estado de 2009, que viabilizou a concessão de inúmeros projetos minerários sem as avaliações ambientais necessárias e sem o devido respeito ao Direito à Consulta Prévia e aos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais das comunidades. Diante desta situação, organizações de comunidades atingidas, como o COPINH, que denunciam isso se encontram na mira da repressão.

A partir do comunicado divulgado pela **Missão Internacional "Justiça para Berta Cáceres"**, as razões para o alerta internacional em relação à situação em Honduras aumentam. A Missão Internacional que visitou o país entre 17 e 21 de março, contou com a participação **de 14 parlamentares, experts e ativistas de 9 países do continente americano e europeu**. O objetivo era **contribuir ao esclarecimento do assassinato de Berta Cáceres e defender a urgência da liberação imediata de Gustavo Castro Soto**, bem como garantir sua integridade pessoal e seu retorno ao México.

A Missão enfatizou em suas primeiras conclusões:

- A gravidade da falta de garantias em Honduras em relação aos princípios democráticos, às liberdades fundamentais e aos direitos humanos.
- A flagrante transgressão do Direito Internacional na implementação dos mega-projetos e de Agua Zarca em particular, em razão de ações da empresa DESA e do próprio governo hondurenho.
- A ausência de vontade política do governo hondurenho em relação à luta contra a impunidade nas violações de direitos humanos, inclusive o não funcionamento do próprio sistema de proteção. Este fracasso explica em parte porque Berta Cáceres foi assassinada apesar de que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) tivesse emitido medidas cautelares;
- **A inexistência de razões legais que justifiquem a continuidade da restrição de liberdade de Gustavo Castro Soto**, proibindo seu regresso ao México. Como testemunha direta do assassinato de Berta Cáceres, sua vida corre perigo enquanto permanece em Honduras.

Diante dessa situação, juntamente com a Missão Internacional, acolhendo a petição do COPINH, e em consonância com a desconfiança social gerada pela contínua impunidade dos múltiplos assassinatos ocorridos até hoje, **respaldamos a demanda por uma investigação independente, com a participação de organismos de Direitos Humanos, como a Comissão Interamericana.**

À época do Golpe em Honduras, o governo brasileiro demonstrou liderança regional na rejeição a esse ato autoritário. Diante dos acontecimentos recentes que estão intrinsecamente relacionados ao acirramento dos conflitos no país causados pelos desdobramentos do Golpe, os movimentos do campo, movimentos por justiça ambiental, redes e organizações sociais brasileiras que assinam essa carta **instamos ao governo brasileiro para que faça eco às demandas internacionais, se pronunciando e pressionando, através das instâncias de articulação regional e do sistema interamericano de direitos humanos, para:**

- **que seja implementado o processo de investigação independente do assassinato de Berta Cáceres, com a participação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no marco das medidas de proteção e justiça;**
- **que se garanta a segurança de Gustavo Castro e a sua liberação imediata e retorno ao México;**
- **que cessem a repressão e a criminalização de comunidades e defensores/as de direitos humanos no país, desmilitarizando as zonas e territórios do povo Lenca e garantindo o respeito a sua autonomia territorial, reconhecendo o COPINH como organização responsável da autonomia comunitária;**
- **que se cancele de maneira imediata e definitiva a concessão do projeto hidrelétrico “Água Zarca”, que é a fonte principal de ameaças, perseguições e agressões da comunidade Lenca;**
- **que sejam suspensas e reavaliadas todas as concessões que foram outorgadas dentro do território do povo Lenca sem respeito ao Direito de Consulta Livre, Prévia e Informada.**

Seguiremos monitorando os acontecimentos em solidariedade aos povos de Honduras e afirmamos desde já nossa profunda rejeição à atuação do Estado de Honduras até o momento.

Assinam:

Amigos da Terra Brasil

Articulação Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale

Associação de Favelas de São José dos Campos - SP

Associação Ka'aporTaHury do Rio Gurupi

Brigadas Agrofloretais Ka'apor

Brigadas Populares

Central de Movimentos Populares

Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP

CPT - Comissão Pastoral da Terra Nacional

Conectas Direitos Humanos

Conselho de Gestão Ka'apor

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

FASE – Solidariedade e Educação

FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

Fórum da Amazônia Oriental - FAOR
Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social
Grito dos Excluídos Continental
Grupo Carta de Belém
Homa -Centro de Direitos Humanos e Empresas da UFJF
IBASE
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
Instituto Madeira Vivo - IMV
Jubileu Sul Brasil
Justiça Global
Laboratório Inter-disciplinar de Estudos em Relações Internacionais (LIERI) da UFRRJ
MAB - Movimento de Atingidos por Barragens
Mandato do Deputado Estadual Marcelo Freixo - PSOL/ RJ
Mandato do Dep. Estadual Flavio Serafini,
Mandato do Deputado Federal Jean Wyllys
Mandato Vereador Renato Cinco - PSOL/RJ
Marcha Mundial das Mulheres
Movimento Debate e Ação
Movimento de Mulheres Camponesa - MMC
Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto
Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM
MPA - Movimento de Pequenos Agricultores
PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul
Pastoral da Juventude Rural
Pastoral Operária Nacional
Plataforma Dhesca Brasil
Plataforma Operaria e Camponesa de Energia
Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS)
Presidente do PSOL Carioca-Tarcísio Motta
Processo de Articulação e Dialogo entre Agências Ecumênicas Européias e Parceiros Brasileiros
PSOL RJ
Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
Red Regional agua, desarrollo y democracia (REDAD)
Serviço Interfranciscano de Justiça, Paz e Ecologia - Sinfrajupe
Serviço SVD de JUPIC
Terra de Direitos
Via Campesina Brasil